

PORTARIA CRESS Nº. 03/2024 de 25 de janeiro de 2024.

Dispõe sobre a instauração de processo administrativo para apuração de fatos relativos à regularidade do pedido de inscrição profissional de Lucilene Lima Dos Santos e adoção das medidas administrativas pertinentes ao caso.

A PRESIDENTE DO CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL - CRESS 25ª Região, no exercício de suas atribuições legais e regimentais, em especial, no contido Resolução CFESS n.º 884/2018;

CONSIDERANDO o disposto no inciso I do artigo 2º da Resolução CFESS n.º 1014/2022 que disciplina que a inscrição no CRESS deverá ser solicitada através de requerimento eletrônico no site do Regional, onde serão anexados o Diploma de Bacharel/a em curso de graduação em Serviço Social, oficialmente reconhecido, expedido por estabelecimento de ensino superior existente no país, devidamente registrado no órgão competente e emitido por unidade ensino com Curso de Serviço Social oficialmente reconhecido;

CONSIDERANDO o contido no requerimento de inscrição da profissional e os indícios de irregularidade da documentação apresentada para requerimento de inscrição profissional (diploma registrado pela Universidade Iguaçu – UNIG), em especial, conforme documento de fls. 05/06;

CONSIDERANDO atuação do Ministério Público Federal, que ainda em 2016, ajuizou Ação Civil Pública, autuada sob n. 15987-10.2016.4.01-3700 da 13ª Vara da Seção Judiciária do Maranhão, obtendo liminar para suspender as atividades de várias faculdades, já que referida instituição só tinha autorização do MEC para promover cursos presenciais e estava fazendo à distância (EAD);

CONSIDERANDO a situação da instituição Faculdade de Mantena – FAMA (nome atual Faculdade Mantense dos Vales Gerais – INTERVALE) exarada por meio do Processo 23000.021165/2017-77 e da INFORMAÇÃO n. 424/2017/CGLNRS/DPR/SERES/SERES-MEC do Ministério da Educação que o curso de graduação em Serviço Social, juntado às fls. 16/20, informando que referida IES possui autorização para curso presencial apenas na cidade de Mantena-MG;

CONSIDERANDO que em 27/07/2017 foi publicada no DOU a Portaria nº 782, de 26 de julho de 2017 que dispõe sobre a assinatura de Protocolo de Compromisso entre a UNIG, MEC e MPF no Processo administrativo nº 23000.008267/2015-35, onde consta “Art. 3º- A autorização, pelo prazo de 12 (doze) meses, a contar da data de publicação desta Portaria, para que a Universidade Iguaçu - UNIG (cod. 330) registre os seus próprios diplomas, mantida a restrição de registro de diplomas de terceiros.”

CONSIDERANDO o recebimento do Ofício do CFESS n. 84/2019 dando ciência de decisão oriunda de protocolo de compromisso da UNIG com o Ministério Público Federal e MEC relativas a IES que tiveram o registro de diplomas cancelados (DOU n. 191, 3/10/18, Seção 3, pág. 180), necessitando adoção de medidas administrativas com relação a inscrição dos profissionais graduados em tais instituições, conforme fls. 21/26, em especial, os alunos da Faculdade de Mantena.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica instaurado procedimento de apuração das condições de regularidade da documentação apresentada pela interessada **LUCILENE LIMA DOS SANTOS**, CPF N. 698.512.391-00 para requerimento de inscrição profissional de Assistente Social oriunda da Faculdade de Mantena e registrado pela Universidade Iguaçu - UNIG.

Art. 2º - Designo como Conselheiras Reladoras a Sras. Maria Amélia Brito Araújo e Lídia Xavier de Sousa Oliveira, para proceder a condução e instrução do feito na forma da Resolução CFESS n. 789/2017, devendo, ao final, apresentar voto na sessão plenária do CRESS-TO a ser oportunamente designada quando informada a Presidência do término das etapas procedimentais.

Art. 3º - Determino a suspensão do processo de inscrição profissional autuado sob o **PAD n.º 95/2023** até que ocorra o trânsito em julgado do procedimento.

Art. 4º - Esta portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.



TACIANE DE OLIVEIRA
Conselheira Presidente